
Andirá: diálogos interdisciplinares para uma história social do movimento quilombola do rio Andirá, fronteira Amazonas/Pará¹.

JOÃO MARINHO DA ROCHA²
MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS³

Resumo: Este texto aborda possibilidades de abordagens interdisciplinares na compreensão de emergências étnicas quilombolas no Amazonas. Há cerca de vinte anos vem ocorrendo no estado do Amazonas movimentos de lutas por direitos étnicos, territoriais e inclusão social. Refletimos sobre as estratégias teórico-metodológicas adotadas em nosso estudo para compreensão das trajetórias e experiências do movimento social quilombola que, conectadas a cenários, sujeitos e interesses variados, puderam tecer relações de poder a no e a partir do rio Andirá. Conseguiram nesse movimento, etnicizar e politizar memórias dos velhos das suas comunidades e com isso, construir, juntos aos demais sujeitos sociais de cinco comunidades do rio Andirá, narrativas sobre si. Criando e acionando memórias que ligou tais comunidades as experiências dos mundos do trabalho, (re)desenhando práticas socioculturais, capazes de indicar fronteiras étnicas e demarcar territórios simbólicos de pertencimentos que lhes garantem diferenciação frente as demais comunidades do município do Baixo Amazonas.

Palavras-chave: Diálogos interdisciplinares, Movimento quilombola, Rio Andirá.

INTRODUÇÃO

Há cerca de vinte anos vem ocorrendo no estado do Amazonas movimentos de lutas por direitos étnicos, territoriais e inclusões sociais. Como resultado desse “fenômeno quilombola no Amazonas”, ocorreu o reconhecimento por parte do Estado Brasileiro, de inúmeras comunidades como remanescentes de quilombo, a saber: Tambor dos pretos, no Município de Novo Airão; Quilombolas do Andirá, no município de Barreirinha; Quilombo urbano do Barranco da praça 14 de Janeiro, na cidade de Manaus e recentemente, quilombo do Lago Serpa, no município de Itacoatiara. Isto levanta muitas questões que desafiam os propósitos tradicionais, especialmente das ciências humanas e sociais, acostumados a lidar com a proclamada “ausência de negros” no Estado, dada a elevada demografia indígena e as comprovações estatísticas das poucas entradas de negros escravos nesse estado.

Dentre as inúmeras questões levantadas e que desafiam os marcos teóricos e metodológicos tradicionais, estão aquelas sobre os processos e formas de conhecimentos tecidos por essas emergências étnicas para a construção das suas identidades coletivas e territorialidades específica, sobre as quais vimos nos debruçando para compor tese de Doutorado junto ao programa “Sociedade e Cultura na Amazônia” na Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

¹ Trabalho apresentado no GT.07 “Interdisciplinaridade, Institucionalidade e desafios das Ciências Sociais na Pan-Amazônia do III SIScultura.

² Doutorando do programa “sociedade e cultura na Amazônia” da Universidade Federal do Amazonas-PPGSCA/UFAM. Professor assistente da Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA/CESP. jmrocha.hist@hotmail.com

³ Professora do programa “sociedade e cultura na Amazônia” da Universidade Federal do Amazonas-PPGSCA/UFAM.

A questão acima descrita, se configura a partir de inúmeras outras, a saber: **a-** Quem são tais sujeitos, como se deu as formações histórico-social de suas comunidades?; **b-** Como vêm se constituindo na qualidade de “novos quilombos”?; **c-** Como, e a partir de que discurso se sustentam?; **d-** quais são suas redes e processos de conhecimentos que lhes garantem legitimação mínima frente ao Estado brasileiro, haja vista que este os reconheceu como grupos étnicos diferenciados, ligados à opressão histórica sofrida e, que por isso, tem direitos à “reparações históricas”, asseguradas desde a legislação Federal de 1988, por meio do artigo 68 dos atos e disposições transitórias. A intenção é também iluminar para o conhecimento das táticas desenvolvidas por tais movimentos sociais contemporâneos na Amazônia, palco de diversas querelas e lutas sociais por direitos de existências de povos e comunidades tradicionais como ocorre na fronteira Amazonas/Pará e que desafiam os saberes disciplinares.

As comunidades quilombolas do rio Andirá, situadas no município de Barreirinha-AM, lutam há mais de dez anos para receber o título de quilombola e respectivos documentos que lhes assegurem a posse e titulação definitiva do território tradicionalmente ocupado. A certificação como quilombola foi obtida no ano de 2013. Diversos aspectos desse processo de luta política e mobilização social, protagonizados por esse movimento quilombola foram registrados e analisados em trabalhos de conclusão de curso e iniciação científica desenvolvidos por acadêmicos e professores do Centro de Estudos Superiores de Parintins, desde 2011. Sendo pauta de pesquisas históricas desenvolvidas no âmbito do curso de História, pautadas nas perspectivas metodologia da História Oral. Constituindo-se em importantes acervos de memórias, depositados junto ao Grupo de Estudos Históricos do Amazonas-GEHA e ao Núcleo de Estudos Afro brasileiros-NEAB/CESP/UEA. A partir de 2015, temos produzidos análises desse movimento social quilombola, em muito nas conexões entre história, a antropologia, a sociologia e o direito. Conectados a partir das aberturas e possibilidades dialógicas da história social, especialmente a história social do negro no pós-abolição.

Para este momento escolhemos apenas refletir sobre as estratégias teórico-metodológicas adotadas em nosso estudo para compreensão das trajetórias e experiências do movimento social quilombola que, conectadas a cenários, sujeitos e interesses variados, puderam tecer relações de poder a no e a partir do rio Andirá. Nesse movimento conseguiram etnicizar e politizar memórias dos velhos das suas comunidades e construir juntos aos demais sujeitos sociais de cinco comunidades do rio Andirá⁴, narrativas sobre si. Criando e acionando memórias que ligou tais comunidades as experiências dos mundos do trabalho, (re)desenhando

⁴ Estamos falando das comunidades Santa Tereza do Matupiri, Ituquara, Boa Fé, São Pedro, Trindade e de seus inúmeros núcleos como Pagoa, São Paulo do Açú, São Marcos, Lírio do Vale, para citar alguns.

práticas socioculturais, capazes de indicar fronteiras étnicas e demarcar territórios simbólicos de pertencimentos que lhes garantem diferenciação frente as demais comunidades do município do Baixo Amazonas.

DOS CENÁRIOS DE DIREITOS E LUTAS QUILOMBOLAS

Em suas lutas por reconhecimentos como quilombolas, tais comunidades de todo Brasil se articulam para acessar seus direitos, indicados no âmbito da ressignificação do termo quilombo, do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADTC da constituição federal de 1988. Tal artigo confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo estado brasileiro(O'DWEYER, 2005). “Ali se nomeava e se atribuía direitos a um heterogêneo conjunto de comunidades de predominância negra que, salvo raras exceções, não se pensavam em qualquer medida como ‘remanescentes das comunidades de quilombos’ (BRANDÃO Et Ali, 2010, P. 78). Sua aprovação proporcionou uma “revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão”(MATTOS, 2005, p 106).

É também nesse contexto que o termo “quilombo” deixa suas limitações históricas, a partir do modelo de Palmares, forjado no contexto da colonização, onde o conselho ultramarino definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Esta ótica e definição influenciou a pesquisa histórica da temática quilombola até a década de 1970. Dentro desse cenário de possibilidades e dispositivos legais, é que foram encampadas lutas por todo país por reconhecimento das terras de remanescentes de quilombo. Somam-se ao fato outras questões, pois, “além da referência étnica e da posse coletiva da terra, também os conflitos fundiários vivenciados no presente aproximavam o conjunto das ‘terras de preto’, habilitando-as a reivindicar enquadrar-se no novo dispositivo legal”(MATTOS, 2005, p.106). Sobre esses novos grupos étnicos que ocupam tradicionalmente suas terras, vale destacar que “há situações históricas peculiares em que grupos sociais e povos percebem que há condições de possibilidade para encaminhar suas reivindicações básicas, para reconhecer suas identidades coletivas e mobilizar forças em torno delas e ainda para tornar seus saberes práticos um vigoroso instrumento jurídico-formal. (ALMEIDA,1998, p.17).

Nesse contexto reivindicado socialmente abriram-se, portanto, possibilidades para a busca dos direitos diferenciados de grupos étnicos- raciais que foram criados na forja da história colonial, marginalizados e esquecidos na construção da nação e ressurgidos no contexto

multiculturalista do final do século XX. Apresentando-se enorme desafio para historiadores, antropólogos e cientistas sociais engajados em torno da questão(MONTEIRO, 2006). Compondo o cenário de possibilidades de busca por acessar direitos e (re)afirmação da identidade étnico-racial no Brasil, vale ressaltar a atuação dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos negros que “buscam formas concretas de expressões culturais para interpretá-las dentro de uma perspectiva mais ampla. A identidade é neste sentido elemento de unificação das partes, assim como fundamento para uma ação política”(ORTIZ, 2006, p. 141).

Almeida (2012) nos lembra que foi no início da década de 1990 que ocorreram as chamadas “quebradeiras de coco babaçu”. Foi nos primeiros anos de implementação da “Constituição cidadã” que os “quilombolas” colocaram as suas pautas de reivindicações, em meio a um ambiente de forte efervescência política e mobilização social. No início da década de 90 foram as chamadas “quebradeiras de coco babaçu” e os “quilombolas” que se colocaram na cena política constituída, consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais. Dentre os quais, estavam os “castanheiros” e os “ribeirinhos” [...]. Além destes, começaram a se consolidar no último lustro, as denominadas “comunidades de fundos de pasto” e dos “faxinais”. Estes movimentos, tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais(ALMEIDA,1998, p.19).

Essas comunidades passam a se articular em torno de elementos que os unisse na busca de acessar seus direitos. Para isso acionam os mais variados elementos e entidades externas. Essa questão legal se consolidou quando o decreto nº 4.887, de 20/11/2003, regulamentou que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos, atestada mediante auto identificação da própria comunidade. Tais comunidades, por sua vez, passaram a ser compreendidas também como grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida(ALMEIDA, 1998).

EMERGÊNCIAS ÉTNICAS NO AMAZONAS: diálogos interdisciplinares para uma história social do movimento quilombola no rio Andirá.

Na Amazônia, o exercício da produção do conhecimento sobre a temática quilombola se torna significativo e desafiador. No caso do estado do Amazonas, de onde emergem as Vozes quilombolas do Tambor (Novo Airão), do Barraco de São Benedito da praça 14 de Janeiro

(Manaus), do Lago Serpa (Itacoatiara) e do Rio Andirá (Barreirinha, a partir de onde referenciamos nosso estudo).

Arruti(1997, 2006) nos auxilia nessa compreensão, quando aponta algumas sequências para visualizar a questão “remanescente” de quilombo no Brasil: o primeiro impasse e desafio está em “reconhecer a importância de percebê-los como emergentes”(ARRUTI, 1997, p.29). Na sequência, aprendemos a “reconhecer seu lugar, porque ainda mal definido tanto com relação às condições de acesso aos seus novos direitos, quanto às condições de exercício de sua nova identidade [...]”(IDEM). O terceiro é estar atento para o fato de se lidar com um fenômeno não definido, mas em constituição constante, pois, “[...] a definição mais favorável daquilo que devem ser não depende apenas deles ou dos seus opositores, mas também do estado da correlação de forças em que aquelas comunidades e seus mediadores e concorrentes a mediadores estão inseridos [...]”(IDEM). Ganham relevos aí, profissionais das ciências humanas e sociais, com destaque para certas tarefas “na qual o papel interpretativo do antropólogo e do historiador parece ter destaque”(IDEM).

Ainda segundo o mesmo autor, precisamos atentar para os projetos de novas identificações por parte desses novos sujeitos classificados como “remanescentes” de quilombo, que dentre outras coisas, servem como marcadores de determinadas posições e escolhas de elementos que os novos grupos, agora etnicizados, pretendem acessar. Por isso, é preciso reconhecer a existência de intenções indenitárias, é isto “que marca boa parte dessas comunidades, antes de vir a deslegitimar o lugar dos pretendentes, serve como um sinal de alerta para aqueles que operam na correlação de forças que definirá qual é este lugar e quais as formas de acesso a ele”(ARRUTI, 1997, p.29). Comunidades que, vendo-se violentadas em suas mais variadas maneiras de existências econômicas, sociais, religiosas e culturais, se articulam e pautam o Estado. Este diante das pressões, cede e atende tais comunidades com algumas “concessões de terras”(MOTA, 2006), onde vêm (re)ordenando suas vidas e práticas de ser e existir contemporaneamente. Muitas vezes, (re)articuladas com práticas passadas, ainda que não sejam estas as regras, ou modelos.

[...] Elas[comunidades quilombolas] são a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas do pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração de libertos, se formaram. Não se trata de um passado móvel, como aquilo em que sobrou (posto nunca transformado) de um passado remoto. As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania.(GOMES, 2015, p.7).

Compreender como os sujeitos sociais do início deste século constroem suas táticas para acessar “cenários de direitos” produzidos nos embates dos movimentos sociais desde as décadas finais do século XX, torna-se, portanto, um grande desafio. Principalmente para a história regional e local. Dentre os impasses, estão justamente a produção de mecanismos que possibilitam compreender quem são essas tais comunidades que vêm produzindo diferenciação étnica e “territorialidades específicas” como remanescentes de quilombo?. Perceber também como constroem seus processos presentes de luta por reconhecimentos, direitos, cidadania formal?. Mas ainda, como (re)elaboram as memórias sobre seus passados?. Aliás, que passados são estes (re)construídos, a partir das demandas dos seus presentes?. Como se conectam às demais experiências históricas dos mundos amazônicos, brasileiros e latino-americanos?. Como produziram seus novos modos de vidas, ser e apresentar-se como quilombolas?.

Uma das possibilidades abertas neste estudo para iluminar aquelas e outras questões, está no campo dos estudos da História Social, a partir da história social do negro no pós-abolição (RIOS ; MATTOS, 2004). Imbuídos com as preocupações em identificar, descrever e compreender os protagonismos visualizados nas e a partir das trajetórias e experiências de homens e mulheres afro brasileiros. Gentes que se articulam aos demais grupos sociais do Andirá para (re)existirem e, que nestas décadas do século XXI, aproveitando-se dos “cenários de direitos”, constituem-se como novos sujeitos políticos e de direitos. Promovem ações políticas de afastamento das concepções homogêneas de “caboclos” como eram tratados pelo Estado brasileiro ao longo do pós-abolição e constituindo-se politicamente como “Quilombolas do Rio Andirá”.

Além das já trazidas acima, inserimos mais outras questões, quais sejam: como tratar de tais sujeitos contemporâneos com suas particularidades e diversidades de atuação e formações históricas e sociais?. Como tratá-los como partes integrantes e formadoras de contextos maiores das lutas dos movimentos sociais produzidos desde as décadas finais do século XX?. Como compreendê-los como produções contemporâneas e também detentores de memórias remetidas aos tempos de cativos e mundos do trabalho não livre na Amazônia?. Como produzem seus caminhos de acessos aos dispositivos constitucionais?. Enfim, como construíram sua identificação étnica e territorialidades quilombolas?. Tais questões, em especial esta última, nos remetem para o fato de que “em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento”(HALL, 2006, p.38-39). Haja vista que, “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”(IDEM).

São muitas as questões que nos trazem iguais desafios e nos impulsionam a intentar algumas possibilidades de investigação. Outra frente adotada neste estudo, estão nas perspectivas dos estudos interdisciplinares, especialmente nos diálogos entre História e Ciências Sociais. Estamos atentos para o fato de que “falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção”(LEITE, 2000, p.333). Também estamos atentos para os desafios de se pesquisar nas fronteiras dos campos específicos de conhecimentos, interconectando-os em favor do objeto estudado. Apoiando-se no que cada um deles contribui para iluminar a questão da presença negra na Amazônia, a partir das emergências quilombolas no Amazonas. Atentamos especialmente para o fato de que “a formação interdisciplinar é um desafio composto por necessidades, expectativas, controvérsias, e já dispõe de um quadro bastante complexo de teorias e métodos capazes de ampliar as preocupações sobre as garantias de sua cientificidade”(FREITAS, 2015, p.11).

Cientes disso e, ancorados nos entendimentos do PPG ao qual nos filiamos para produzir esta tese sobre as emergências étnicas na fronteira Amazonas/Pará, ainda não visitada pelo saber disciplinar histórico de fôlego, pautamos nossas análises por posturas teórico-metodológicas trazidas, a partir da interdisciplinaridade entre história e demais ciências humanas e sociais, especialmente com a Antropologia, a Sociologia, o Direito. A tônica dos diálogos interdisciplinares se dá, sobretudo, a partir do campo da História Social, já que esta se abre aos demais e evidência possibilidades de produção do conhecimento na Amazônia, a partir das conexões entre as inúmeras possibilidades de abordagens, fontes, sujeitos, contextos e metodologias.

O exercício da interdisciplinaridade na Amazônia também ultrapassa o ambiente intelectual do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Está no cerne da ampliação da pós-graduação brasileira, na luta pelo direito de autocompreensão e de manifestação de grupos de pesquisa na Amazônia, no diálogo entre campos e áreas de conhecimentos, na circulação de ideias e desafios de pesquisa que não contemplam apenas um domínio teórico e empírico disciplinar. As exigências do mercado, e o modo de inserção subalterna em carreiras científicas-argumentos recorrentes para explicar a expansão da área interdisciplinar na pós-graduação-ainda que sejam argumentos de grande apelo polêmico, eles sim, minimizam a necessidade de autoexigência e vigilância epistêmica. Dar foco ao debate e introduzir às conexões com a realidade é dar corpo à produção de informação e de conhecimento capazes de ampliar os marcos compreensivos e interpretativos da problemática interdisciplinar. Portanto, introduzir o tema no ambiente de disciplinas da pós-graduação é um exercício de validade excepcional para a verificação das relações entre interdisciplinaridade e a disciplinaridade. Sim porque cada disciplina contém, ela mesma, essa dimensão.(FREITAS, 2015, p.11).

A partir dessas assertivas de Freitas sobre possibilidades de visualizações das realidades pelo conhecimento e aqui destacamos as realidades amazônicas, é que ensejamos diálogos com,

e a partir da História Social e suas aberturas para a interdisciplinaridade. Este campo da História “antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional [...], passa a ser encarada como perspectiva de síntese”(CASTRO, 1997, p.78). Isto, porque, segundo esta mesma autora, “em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam”(IDEM). A indicação de Castro insere-se numa referência aos debates que resultaram nas tais “histórias em migalhas” e que deixaram “Clio despedaçada”, ao ponto de em fins do século XX, tendências várias anunciaram seu fim, o que não procede, ocorrendo, entretanto, (re)ordenamentos dos olhares e das perspectivas. Ocorre que nos “annalles, em sua perspectiva problematizante e estrutural da história, [...], houve uma ruptura entre tempo e conhecimento histórico, entre experiência vivida e compreensão narrativa, que se tornou inaceitável no final do século XX”(REIS, 2012, p.146). Ainda segundo Reis

[...] Espera-se da história uma relação mais estreita com o vivido, com o tempo, com os homens. O controle lógico e estrutural do real pela história-problema, antes motivo de euforia, no final do século XX começou a ser discutido em sua validade teórica. A história voltou a tratar dos homens no tempo e a forma conceitual tornou-se insatisfatória por negar a dimensão da temporalidade. Ela se afastara de seu foco central, os próprios homens, reais, em seu lugar e data, com seus projetos, motivos, intenções, angústias e sofrimentos. (REIS, 2012, p.146).

Vale lembrarmos que algumas dimensões da história podem começar por ser construídas por contraste com outras, como ocorreu, por exemplo, com a História Social e Econômica do século XX em torno do Grupo Francês dos *Annalles*, em oposição à História Política do século XIX(BARROS, 2005). Inicialmente, a partir dessa proposta francesa de revisão historiográfica, “houve quem direcionasse a expressão ‘História Social’ para uma história das grandes massas ou para uma história dos grupos sociais de várias espécies (em contraste com a biografia dos grandes homens e com a História das Instituições a que tinha sido tão afeita a historiografia do século anterior) (BARROS, 2005, p.10). Além de permitir diversos níveis e formas de abordagens, a História Social também desde sua constituição nos anos 1930, permite estabelecimento de inúmeras conexões com variados subcampos da própria história e de outros campos do conhecimento das ciências humanas e sociais. Especialmente para objetos, as abordagens e metodologias, haja vista que, a partir dos annalles, “a interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica”(CASTRO, 1997, p.78).

Caminhamos por essas direções, por entendermos que a temática sobre os “novos quilombos” é um desses temas que desafiam a historiografia em sua compreensão. Isso ganha maior relevo ainda, quando tais comunidades estão referenciadas na Amazônia. Região

historicamente esquadrihada com irrelevância da presença africana escravizada e seus descendentes e, por isso, não mereceu estudos vultuosos(SILVA, 1968; VIRGULINO-HENRY; NAPOLEÃO, 1990). As abordagens interdisciplinares e dos processos socioculturais(SALLES,2004; 2013), a partir das expectativas trazidas pelos procedimentos teóricos e metodológicos da história social nos foram, portanto, tomados como possibilidade de visualizarmos melhor a questão emergências das comunidades quilombolas no Amazonas.

Considerando esses ensinamentos é que intentamos olhar para o fenômeno das emergências étnicas no Amazonas, também como articulações de “homens [e de mulheres] em sociedade”. Daí porque nessa investida por meio da história social e suas possibilidades, estamos atentos às questões importantes, tais como o fato de “não utilizar as classificações como limites ou pretexto para o isolamento [...]. O esclarecimento do campo ou da combinação de campos em que se insere um estudo não deve ter efeito paralisante, nem servir como pretexto para justificar omissões [...]”(BARROS, 2005, p.3). A referência ao campo da História Social, de onde partimos, serve para dar sentido aos possíveis diálogos, evidenciando pontos de onde se partiu e das questões levantadas. Os novos temas levam à abertura de novos objetos e fontes, sobretudo, na (re)adequação dos diálogos interdisciplinares na produção do conhecimento histórico. Em várias partes do mundo como Inglaterra, por exemplo, os ideais propostos pela historiografia francesa dos Annalles foram “abrindo os muros da disciplina histórica para as demais ciências sociais, especialmente a sociologia e a antropologia social”(CASTRO, 1997, p.80-81). Especialmente quando o interesse está em focar “os grupos sociais e os processos determinantes e resultantes de suas relações também estão no cerne desses problemas, neste caso com uma ênfase ainda mais explícita no estudo dos comportamentos e da dinâmica social”(IDEM).

Temos aí, os diálogos possibilitados pela história social a qual se vê diante das necessidades de compreensão das demandas socialmente referenciadas. Com isso, constituindo-se como uma das possibilidades de produzir reflexões conectadas com e, a partir das múltiplas realidades do século XX e deste XXI. Caracterizando-se por sua multiplicidade de focos e objetos, muitos dos quais, implicaram em revisões e avanços teórico-metodológicos, o que produziu novas aberturas, dado as limitações ainda oriundas da primeira metade do século passado.

Com o tempo, algumas práticas metodológicas foram sendo revisitadas no campo da história social. Destacamos aqui, a história social da família, que se revigorou ao longo dos tempos e tem se mostrado como ferramenta significativa na visualização de tempos e experiências históricas do Brasil. Nisso, as genealogias e as trajetórias familiares das

comunidades quilombolas do Andirá, iluminam inúmeras redes de relações de tais sujeitos no pós-abolição com os mundos do trabalho no Baixo Amazonas. Experiências de sujeitos que de alguma forma se ligam à contextos sociais maiores, conexões que devem ser percebidas, compreendidas e interpretadas nas suas devidas “redes, processos e formas de conhecimentos” que operam para dar conta de suas existências e projetos de identidade e territorialidades.

Dentre tais “realidades sociais que definitivamente não se conformavam a ficar confinadas a modelos pré-estabelecidos”(FENELON, 1993), estão os sujeitos emergidos com os novos movimentos sociais no Brasil. Dentre os quais, o movimento negro, com suas demandas contra o racismo e os preconceitos, dentre elas, as demandas das comunidades negras rurais por direitos. A esses processos sociais estão conectadas, neste início de século XXI, às comunidades quilombolas. Ainda sobre os desafios metodológicos da História Social para visualizar as realidades apresentadas desde fins do século passado. Lembramos que “um dos maiores efeitos da História Social a partir das décadas de 60 e 80: o de ampliar o mapa do conhecimento histórico e legitimar novas áreas para investigação”(FENELON, 1993, p.76). Como consequência, isso “fez surgir ou possibilitou a incorporação de inúmeras temáticas como o urbano, a mulher, a família, o crime, a infância, a educação e outros, todos reclamando um lugar dentro do contexto mais amplo da História Social e de temáticas da cultura [...] (IDEM).

As crescentes visualizações dos novos personagens, objetos temas ampliadores do conhecimento histórico, também apareceram como possibilitadas e demandadas por aproximações continuadas entre História e Ciências Sociais, com destaque para Antropologia e a Sociologia. Diálogos interdisciplinares os quais certamente iluminam realidades, sujeitos e objetos que apenas as ferramentas da História, não fora capaz de lançar luz. Pelo contrário, empurrava mais para as sombras e os lugares de silêncios, como ocorria com a presença negra no Amazonas no pós-abolição.

Um primeiro movimento, que já se delineava ainda nos anos 60, tendeu a reforçar a ênfase do campo na problemática da *construção das identidades sociais e das relações que engendravam (numa aproximação com a noção de comunidade, tomada da antropologia) sobre as abordagens que privilegiavam as posições sociais e estruturas hierárquicas (estratificações socioprofissionais etc, numa perspectiva sociológica)*. Esta aproximação com a antropologia levaria a história social, em sentido estrito, a privilegiar progressivamente *abordagens socioculturais* sobre os enfoques econômico-sociais até então predominantes.(CASTRO, 1997, p.84) [*Grifos Nossos*].

Olhares econômicos e políticos sobre as presenças negras no Amazonas. Essa pareceu ser a tônica das explicações que produziram uma “historiografia do silêncio” (SAMPAIO,2011) sobre tal temática. No entanto, quando se decide “privilegiar progressivamente abordagens

socioculturais sobre os enfoques econômico-sociais”, as significâncias das presenças negras aparecem e são amplificadas nos planos da cultura que se produz nas práticas sociais das comunidades amazônicas, que se auto identificam neste início de século como “novos quilombos”. Temas até recentemente não privilegiados com a devida atenção pela história regional e local.

Não há como negar, foi a partir de suas concepções e perspectivas (as da História Social) que os *chamados 'temas malditos'*, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios etc. *Encontraram guarida nessa historiografia.* Também hoje as investigações sobre grupos jovens, sua música, suas práticas, a música popular, as festas comunitárias, a cultura popular enfim, *constituem objetos legitimados pela História Social, e desenvolvidos com rigor metodológico, que os trazem para o campo de discussão, já instaurados sobre a cultura.* (FENELON, 1993, p.76) [*Grifos Nossos*].

Essas abordagens socioculturais possibilitaram reconhecimento de novas realidades indicadas pelos “novos movimentos sociais” e temas até então considerados malditos para a história, como é o caso das comunidades quilombolas no Amazonas. Olhamos tais grupos sociais também nessa perspectiva sociocultural. Sujeitos políticos e de direitos que, exigem serem compreendidos pelas ciências humanas e sociais, dentro de suas ações políticas para diferenciação étnica. Coletivos que negam as classificações anteriores de “caboclos”, auto identificando-se e conseguindo do Estado Nacional, por meio de lutas, novas identificações coletivas como quilombolas do Andirá.

Uma das possibilidades de compreensão desses fenômenos sociais de emergências quilombolas que, estão por toda região amazônica, Brasil e América Latina, a nosso ver, passa dentre outras coisas, pela identificação e entendimento de suas práticas socioculturais, constituídas como espaços simbólicos de pertencimentos. Memórias do cativo, identidades e territorialidades específicas, reificadas nas festas populares reordenadas nos cotidianos de tais comunidades. Práticas socioculturais, aliás, (re)construídas e (re)habilitadas politicamente, como ferramentas das lutas sociais do movimento quilombola no rio Andirá. Estamos falando de “culturas no plural e nunca poderemos considerá-las como campo exclusivo de uma só disciplina, seja a história, seja a antropologia ou qualquer outro ramo do conhecimento do social”(FENELON, 1993, p.75). Isto reforça as necessidades das abordagens e compreensões interdisciplinares dos fenômenos das “novas etnicidades” quilombolas na Amazônia. A mesma história social aparece como um dos caminhos de atuação teórico-metodológico, por ser “modalidade historiográfica rica de interdisciplinaridades com todas as Ciências Sociais, e igualmente rica na sua possibilidade de objetos de estudo, abre-se de fato a variadas possibilidades de definição e delimitação”(BARROS, 2005, p.2).

Nossa investida em compreender as produções das novas identidades étnico-raciais e territorialidades quilombolas no rio Andirá e demais temáticas recentes sobre os “fenômenos quilombolas no Amazonas”, encontra ancoragem nas perspectivas das abordagens interdisciplinares, já apontadas por estudiosos regionais como Batista(2007). E reafirmadas em novas plataformas, como as que sustentam o “Programa de Pós-graduação em “Sociedade e Cultura na Amazônia”, da Universidade Federal do Amazonas-PPGSCA/UFAM, o qual tem como área de concentração os “*processos socioculturais da Amazônia*”. Dizemos isso, pois:

O compartilhamento de um ambiente intelectual comum para o nascimento de um interesse científico permite, sim, debater um tema, examiná-lo por meio de várias formulações dirigidas para um foco [...].No prolongamento desse exercício, [...], obtêm-se vários resultados imediatos: aqueles oriundos de procedimentos de tratar um tema por diversos olhares disciplinares, ou os que os ultrapassam e permitem outra construção teórica em outro estatuto científico pela transdisciplinaridade como paradigma complexo, este sim, um edifício teórico de grande envergadura, que envolve esforços universais da produção de conhecimento, mas o processo remete ao conhecido esforço da arte de educar[...].(FREITAS, 2015, p.12).

A temática sobre os “novos quilombos” no Amazonas, é observada em nosso estudo nessa perspectiva “de tratar um tema por diversos olhares disciplinares”. Exercício que envolve aproximações e distanciamentos, segundo as demandas apresentadas pelas exigências do objeto em estudo. Estivemos atentos para o fato de que “seria enganoso, entretanto, imaginar que a história social se tenha desenvolvido nas últimas décadas de modo harmônico e homogêneo”(CASTRO, 1997, p.84). Para essa mesma autora, “a ênfase na cultura, uma relativa redução da escala de análise e a predominância de perspectivas antropológicas em relação às tendências sociologizantes do período anterior são características comuns que camuflam debates e uma imensa diversidade de objetos e abordagens(IDEM).

Diante de tais questões, abriram-se novas perspectivas metodológicas na visualização das realidades sociais diversas, como estas “Vozes” que emergem dos silêncios do rio Andirá, e que, amplificamos neste estudo, por meio da metodologia da História Oral. “O trabalho de produção de fontes orais pode ser dividido em três momentos: a preparação das entrevistas, sua realização e seu tratamento”(ALBERT, 2011, p.171). Isto se torna importantíssimo neste estudo sobre o Andirá, no sentido de observar suas perspectivas da História e não mais daqueles que homogeneizaram suas experiências no pós-abolição.

Dentre outras questões, a História Social permite o aparecimento de novas compreensões acerca das fontes, ou seja, no sentido das “[...] ‘abordagens’, seja a ‘modos de fazer a história’ (escolha ou constituição de determinados tipos de fontes, ou formas de tratamento destas fontes), seja ao ‘campo de observação’ no qual se detém o historiador”(BARROS, 2005, p.7). Sobre estas abordagens - com relação às fontes (de

memórias-história oral) e com relação à escala de observação (microanálise), vale destacar que “a História Oral, remete a um dos caminhos metodológicos oferecidos pela História[...]. A Micro História, escolhe como campo de observação um recorte micro historiográfico[...], e a partir desta gota d’água cuidadosamente escolhida busca enxergar algo do oceano inteiro”(BARROS, 2005, p.7).

Ambas as perspectivas abordagens metodológicas (história oral e micro história) são possibilidades dentro do campo da História Social e suas intenções de compreender as ações sociais dos sujeitos, foram de certa maneira articuladas neste estudo. De modo a iluminar os processos sociais de construção da identidade étnica e territorialidades quilombolas. Outro exemplo dessas possibilidades de estudos dos tais “temas malditos” como também a viabilidade de maiores leituras das ações políticas e lutas dos “novos personagens” sociais que entravam na cena brasileira a partir dos anos 1970, são os movimentos desta pesquisa que acenam também para a “produção acervos orais” sobre esse e outros temas variados no Baixo Amazonas.

[...] a fonte oral ou a construção de uma documentação oral, através de entrevistas e depoimentos, vem merecendo maior atenção dos historiadores e colocam interessante polêmica entre seus adeptos, seja na discussão teórica sobre a possibilidade de uma História Oral, na existência de uma tradição oral a ser considerada ou nas técnicas de sua concretização[...]. Em outra perspectiva, a documentação oral vem sendo utilizada para recuperar possibilidades de trabalhar com temáticas contemporâneas ou aproximar-se de grupos e movimentos sociais, onde a tônica de sua prática não é a escrita e o analfabetismo e uma constante.(FENELON, 1993, p.78).

Além dos elementos indicados acima, contribuiu para a utilização da História Oral na visualização do movimento social quilombola do Andirá, o fato de essa metodologia, apesar do nome remeter, não ser restrita à história, mas amplia-se cada vez mais para as demais ciências humanas e sociais, tornando-se atualmente uma postura interdisciplinar, como, aliás, é a proposta deste estudo. Agregou-se também, por que

O trabalho com a História oral se beneficia de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a Antropologia, a História, a Literatura, a Sociologia e a Psicologia, por exemplo. Trata-se, pois, de metodologia interdisciplinar por excelência. Além dos campos mencionados, ela pode ser aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento: na Educação, na Economia, nas Engenharias, na Administração, na Medicina, no Serviço Social, no Teatro, na Música[...]. Em todas essas áreas já foram desenvolvidas pesquisas que adotaram a metodologia da História oral para ampliar o conhecimento sobre experiências e práticas desenvolvidas, registrá-las e difundir-las entre os interessados.(ALBERT, 2011, p.156)

Tais procedimentos produzem suas análises históricas tendo como base os registros das experiências e culturas desses “novos sujeitos sociais”, trazidas à cena política e social no Baixo Amazonas. A metodologia possibilitou, dentre outras questões, explicitar e compreender como os tais sujeitos sociais do rio Andirá produziram seus discursos e entraram numa outra classificação social como quilombolas. Haja vista que, “história oral permite o registro de

testemunhos e o acesso a 'histórias dentro da história' e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”(ALBERT, 2011, p.155)[*Grifos Nossos*]. As análises do “conjunto do arquivo de memória” sobre o movimento quilombola, revelam processos conflituosos de aprendizagens e reordenamentos que os levou a se identificarem como “negros” e depois “quilombolas”. Um movimento de “aprender a ser”, negros e quilombolas. Ainda sobre as fontes, vale lembrar que “a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita”(ALBERT, 2011, p.155). Ainda segundo Albert, “ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”(IDEM).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De onde e, a partir do que, começar as reflexões sobre as emergências dos “novos quilombos”? São algumas das querelas e demandas parecidas que os estudos iniciais sobre comunidades quilombolas no Amazonas enfrentam. Haja vista que, muitas das documentações eleitas como fontes tradicionais para a história regional e local, não deram conta de visualizar, ou tampouco, mostrar os protagonismos dos homens e mulheres negros no Amazonas no pós abolição, especialmente os que contemporaneamente constroem identidades coletivas como quilombolas. Daí por que, parece oportuno neste estudo, na medida do possível, o cotejo daquelas fontes tradicionais, com fontes de memórias das comunidades, por meio da metodologia da história oral⁵. Haja vista que, “as memórias de um grupo social devem ser entendidas como documentos históricos de igual valor aos documentos escritos, pois possibilitam outras versões sobre nossa história”(RESENDE-SILVA, 2012, p.12).

Nesse sentido é que recorreremos à tais ferramentas e caminhos oferecidos pela História Social e suas múltiplas redes de teórico-metodológicas em diálogo com as demais ciências humanas e sociais, as quais nos possibilitaram visualizações das experiências e das culturas desses grupos sociais auto identificados como quilombolas no Andirá. Grupos que foram por muito tempo silenciados pelos antigos “entendimentos metodológicos” disciplinares, pelos quais não eram possíveis suas existências. Ainda que tais sujeitos e comunidades ali estivessem, à espera de serem mapeados pela Ciência que não podia compreendê-los. Agora, emergem e desafiam-nos na difícil tarefa de estudá-los, e compreender suas intenções históricas, étnica, sociais, territoriais.

⁵Para compor diálogos com as narrativas quilombolas registradas por meio da metodologia da história oral, utilizamos os estudos clássicos, relatórios de presidentes de província, notícias de jornais, registros paroquiais (casamentos, batizados), fascículo das situação social e livros de memória da liderança Maria Amélia produzidos no âmbito do projeto PNCSA, relatórios e boletins antropológicos, além de arquivos da Federação quilombola e das escolas locais.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2011.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Prefácio da primeira edição. In: ACEVEDO, Rosa ; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: Guardiões das matas e rios**. Ed. Cejup/UFPA-NAEA, Belém, 1998, 2ª edição.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, Jan/Abr. 2012. p. 63-71.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos “remanescentes”**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *MANA* 3(2):7-38, 1997.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**. Antropologia e História do processo de formação quilombola - Bauru, SP:EDUSC,2006.
- BARROS, José D’ Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. *LPH - Revista de História da UFOP*. nº 15, 2005. p.p.235-256.
- BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Valer, EDUA e INPA, 2007. 2ª ed.
- CASTRO, Hebe. História Social. 1997. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da história**: ensaios de teorias e metodologias. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa. **Proj. História**, São Paulo, (10), dez. 1993.p.p.73-90.
- FREITAS, Marilene Corrêa da. Prefácio. In: FREITAS, Marilene Corrêa da; ALBUQUERQUE, Walmir de (Orgs.). **Diálogos interdisciplinares e educação**. Manaus. Editora Valer, 2015.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- MATTOS, Hebe. Cativo e Políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.68, Dezembro/Fevereiro 2005-2006. p.104-111.
- MONTEIRO, John Manuel. Prefácio. In: ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**. Antropologia e História do processo de formação quilombola - Bauru, SP:EDUSC,2006.
- MOTTA, Márcia. "Brecha negra em livro branco: Art. 68, remanescentes de quilombos e grilagem no Brasil", in Sônia Regina de Mendonça (org.), **Estado e historiografia no Brasil** (Niterói: EDUFF, 2006), v.1, p.p. 231-55.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. **Antropolítica**. Niterói, n. 19, 2005, p.91-111.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- REIS, José Carlos. **Teoria & História**: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- REZENDE-SILVA, Simone. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. **XII Colóquio de Geografia, Bogotá**, 7 a 11 de maio de 2012.
- SALLES, Vicente. **O negro na sociedade Paraense**. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.
- SALLES, Vicente. **Os mocambeiros e outros ensaios**. - Belém: IAP, 2013.
- SAMPAIO, Patrícia M. (Org.). **O fim do silêncio** – presença negra na Amazônia. Belém: Açai/CNPq, 2011.298p.
- VERGOLINO - HENRY, Anaíza ; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença Africana na Amazônia Colonial**: Uma notícia histórica. - Belém, Arquivo Público do Pará, 1990. 280p. (Documentos históricos, 1).